



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 31/2026**

**CONTRATANTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**OBJETO:**

Aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e recreativos destinados ao atendimento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de promover atividades lúdicas, contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, apoiar as práticas pedagógicas e educacionais desenvolvidas nas escolas, bem como atender às demais necessidades da Secretaria Municipal de Educação, observadas as especificações e quantidades constantes neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO:**

R\$ 215.678,82 (duzentos e quinze mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos),

**LOCAL DA SESSÃO:**

Portal de Compras Públicas

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**DIA 09/07/2026 ÀS 07:45H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

**REGIME DE CONTRATAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS/PREGÃO ELETRÔNICO

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço pelo item

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL:**

Não se aplica



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

O Município de Tunápolis torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo MENOR preço por item, segundo as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, cujos termos igualmente o integram.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

#### 1. DO OBJETO.

Registros de preços para futura e eventual aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos e recreativos destinados ao atendimento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de promover atividades lúdicas, contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, apoiar as práticas pedagógicas e educacionais desenvolvidas nas escolas, bem como atender às demais necessidades da Secretaria Municipal de Educação, observadas as especificações e quantidades constantes neste Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Alfabeto recortado em madeira, alfabeto móvel com 40 letras em madeira natural, com tamanho aproximado de cada letra 4x3x1cm. Idade recomendada + 5 anos. Com Certificado Inmetro.	unid	15	139,68	2.095,20
2	ALINHAVOS EM FORMA GEÔMETRICA,	unid	8	117,74	941,92



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	BRINQUEDO INFANTIL PARA PASSAR O CORDÃO POR DENTRO DOS FUROS DAS FORMAS GEOMÉTRICAS. EMBALAGEM CONTÉM 12 CADARÇOS DE 43 CM COLORIDOS, E 24 PEÇAS EM MADEIRA MDF EM FORMAS DE QUADRADO, TRIÂNGULO, CÍRCULO, RETÂNGULO, SEXTAVADO E TRAPÉZIO ISÓSCELES. COM CERTIFICADO INMETRO				
3	ALINHAVOS VOGAIS, JOGO EDUCATIVO, 5 PEÇAS MULTICOLORIDA, FEITO EM MADEIRA. KIT DE ALINHAVOS EM MADEIRA COM 05 PEÇAS E 05 CORDÕES COLORIDOS, MEDINDO 15 X 10 X 0,3 CM CADA PEÇA. TRABALHA COORDENAÇÃO MOTORA, FORMA, TAMANHO E APRENDIZADO DAS VOGAIS. REF.: 02010. MATERIAL: MADEIRA. PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 0,250 KG. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 05 PEÇAS E 05 CORDÕES. MEDIDAS DA EMBALAGEM: (C X A X L) 13 X 15 X 2 CM.	unid	6	117,74	706,44
4	ANIMAIS DA FAZENDA. KIT COM 21 ANIMAIS DE FAZENDA DE PLÁSTICO OU BORRACHA. IDADE RECOMENDADA + 3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 21 ANIMAIS DE FAZENDA PLÁSTICOS OU BORRACHA. MEDIDAS APROXIMADAS DE CADA ANIMAL: 7,00X2,50X4,50CM 2,75X0,98X1,77. COM CERTIFICADO INMETRO.	kit	90	73,73	6.635,7
5	ANIMAIS DA FAZENDA EM VINIL ATÓXICO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 37 X 10 X 21CM. OS ANIMAIS DEVERÃO SER ENTREGUES DE FORMA SORTIDAS E VARIADAS. SENDO ACEITOS: VACA, BOI, CAVALO, PORCO, OVELHA, GALINHA E CABRA. PRODUTO DEVERÁ SER CERTIFICADO PELO INMETRO.	kit	7	38,38	268,66
6	ANIMAIS DOMÉSTICOS, PRODUZIDOS EM PLÁSTICO, COM NO MÍNIMO 12 PEÇAS. MEDIDAS APROXIMADAS DE: 12,7-14 CM	kit	7	38,90	272,30
7	ANIMAIS SELVAGENS, PRODUZIDOS EM PLÁSTICO, COM NO MÍNIMO 12 PEÇAS, PODERÃO CONTER ANIMAIS COMO ZEBRA, ALCE, LEÃO, CAMELO,	unid	7	38,90	272,30



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	ELEFANTE, TIGRE, GIRAFÁ, ONÇA PINTADA, CANGURU, GORILA, RINOCERONTE E URSO POLAR, ENTRE OUTROS.				
8	ANIMAIS, DINOSSAUROS, KIT COM 12 DINOSSAUROS DE PLÁSTICO OU BORRACHA MINIATURA. IDADE RECOMENDADA + 3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 12 DINOSSAUROS. MEDIDAS APROXIMADAS DE CADA DINOSSAURO 16 CM DE COMPRIMENTO. CERTIFICADO INMETRO.	kit	7	30,28	211,96
9	ANIMAIS, INSETOS REALISTAS COM 16 PEÇAS - CARACTERÍSTICAS: KIT DE INSETOS REALISTAS COM 16 PEÇAS / ANIMAIS DIFERENTES, CONTANDO COM JOANINHA, ABELHA, GAFANHOTO GRILO, BORBOLETA, CARACOL, FORMIGA E BESOURO. CORES SORTIDAS; MATERIAL: PLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE; BRINQUEDO INTEIRIÇO / SEM PEÇAS DE ENCAIXE; PINTURA COM TINTA ATÓXICA; IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 3 ANOS. MEDIDAS APROXIMADAS: TAMANHO DOS ANIMAIS: COMPRIMENTO ENTRE 4 E 7CM.	kit	6	26,09	156,54
10	BALANÇO INFANTIL, O MATERIAL É ALTAMENTE RESISTENTE, SEGURO, NÃO RACHA E NÃO DESBOTA. O BALANÇO ACOMPANHA CORDAS DE NYLON TRANÇADAS DE ALTA RESISTÊNCIA E POSSUI ASSENTO COM DUAS TIRAS POROSAS ANTIDERRAPANTES, ALÉM DE DOIS FUROS EM CADA LATERAL PARA PASSAGEM DAS CORDAS. O PRODUTO É FEITO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO, PESA 8 KG, E É RECOMENDADO PARA CRIANÇAS DE 3 A 8 ANOS. POSSUI CERTIFICADO DE SEGURANÇA E SUAS DIMENSÕES SÃO APROXIMADAMENTE 42 CM DE COMPRIMENTO, 20 CM DE LARGURA E 160 CM DE ALTURA.	unid	10	104,87	1048,70
11	BALANÇO PARA BEBÊS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO, MEDINDO 25,5X44X53CM. FORMATOS E CORES DIVERSAS.INDICAÇÃO PARA CRIANÇAS DE 19 A 36 MESES.COM CINTO DE SEGURANÇA HORIZONTAL E	unid	7	128	896,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	DOIS GANCHOS PARA FIXAÇÃO.				
12	BALDE DE AREIA E OUTROS: KIT PRAIA CONTENDO: KIT PRAIA 10 PÇS C/ BALDE CASTELO QUADRADO 19CM. CONTEM: 01 BALDINHO QUADRADO 19CM, 01 PENEIRA, 01 PAZINHA, 01 ANCINHO, 06 FORMINHAS EM FORMATO VARIADOS COR: AMARELO, AZUL, VERDE, ROSA OU VERMELHO.	kit	25	32,33	808,25
13	BANCADA DE FERRAMENTAS: FEITA EM PINUS, PERFEITA PARA ESTIMULAR A IMAGINAÇÃO E AS HABILIDADES MOTORAS DAS CRIANÇAS. MEDIDAS MÍNIMAS: 70 CM DE LARGURA, 40 CM DE PROFUNDIDADE E 110 CM DE ALTURA. O PRODUTO ACOMPANHA 10 FERRAMENTAS PLÁSTICAS, DUAS CAIXAS ORGANIZADORAS EM MADEIRA E UMA MALETA DE FERRAMENTAS EM MADEIRA, PROPORCIONANDO UMA EXPERIÊNCIA COMPLETA DE BRINCADEIRA. É IDEAL PARA AS CRIANÇAS EXPLORAREM O MUNDO DAS FERRAMENTAS DE FORMA SEGURA E DIVERTIDA.	kit	8	96,52	772,16
14	BANDINHA RÍTMICA: CONJUNTO CONTENDO 20 INSTRUMENTOS MÚSICAIS, ISENTOS DE ARESTAS, FARPAS OU SALIÊNCIAS CORTANTES OU QUE IMPLIQUEM EM FALTA DE SEGURANÇA DO USUÁRIO, SENDO: - UM AGOGÔ DUPLO INFANTIL, CONFECCIONADO EM METAL, MEDINDO 300 MM, DE COMPRIMENTO NA PARTE MAIOR E ACABAMENTO CROMADO ACOMPANHADO DE BAQUETA DE MADEIRA DE 220 MM DE COMPRIMENTO. - UM BLAK BLAK, CONFECCIONADO EM METAL CROMADO, MEDINDO 150 MM DE COMPRIMENTO. - UMA CAMPANELA COM GUIZOS, COM CABO DE PLÁSTICO ABS, MEDINDO 150 MM E 06 GUIZOS METÁLICOS COM ACABAMENTO CROMADO. - UMA CASTANHOLA (PAR) CONFECCIONADA EM PLÁSTICO ABS MEDINDO 80 X 60 MM E CABO DE MADEIRA LIXADA E SEM FARPAS, MEDINDO 180 MM, COM FIXAÇÃO FLEXÍVEL. - UM CHOCALHO INFANTIL, COM CABO DE MADEIRA LIXADO E	kit	6	943,38	5.660,28



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

ENVERNIZADO, E CHOCALHO EM ALUMÍNIO CROMADO, MEDINDO 220 MM. - UM AFOXÉ CONFECCIONADO EM MADEIRA COM CONTAS COLORIDAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 170 MM. - UMA CLAVE DE RUMBA (PAR), CONFECCIONADO EM MADEIRA ROLIÇA MARFIM LIXADA E SEM FARPAS, MEDINDO 190 MM E 20 MM DE DIÂMETRO. - UM CONGUÊ DE COCO (PAR), CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ABS, COM 100 MM DE DIÂMETRO. - UMA FLAUTA DOCE CONFECCIONADA EM PLÁSTICO ABS COLORIDO, COM 300 MM DE COMPRIMENTO. - UM GANZÁ MIRIM SIMPLES, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO CROMADO, PREENCHIDO COM PEQUENAS CONTAS E AREIA, MEDINDO 250 MM DE COMPRIMENTO E 45 MM DE DIÂMETRO. - DOIS PANDEIROS CONFECCIONADOS EM PVC COLORIDO, COM 200 MM DE DIÂMETRO, COM 4 PARES DE PLATINELAS EM METAL CROMADO, COM PELE FIXA EM POLIÉSTER SINTÉTICO E ACABAMENTO SEM SALIÊNCIAS. - UMA PLATINELA, COM CABO DE MADEIRA NATURAL TORNEADA LIXADA E SEM FARPAS, COM 02 PARES DE PLATINELA EM METAL CROMADO FIXADO COM REBITE, MEDINDO 230 MM. - PRATO (PAR), CONFECCIONADO EM METAL CROMADO, MEDINDO 200 MM DE DIÂMETRO. - UM RECO-RECO INFANTIL EM MADEIRA TORNEADA, LIXADA E SEM FARPAS, MEDINDO 200 MM, COM BAQUETA NO MESMO MATERIAL E ACABAMENTO. - UM SININHO INFANTIL, CONFECCIONADO EM METAL CROMADO MEDINDO 150 MM, COM CABO DE MADEIRA LIXADA/ENVERNIZADA E SEM FARPAS. - UM SURDO INFANTIL, FUSTE EM PVC, COM PELE EM POLIÉSTER SINTÉTICO, MEDINDO 280 MM DE ALTURA X 240 MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHA DUAS BAQUETAS DE 200 MM DE ALTURA EM MADEIRA TORNEADA, LIXADA E SEM FARPAS E TALABARTE DE NYLON COM 0,2 MM DE ESPESSURA E 1200 MM DE TAMANHO. - UM SURDO MOR INFANTIL, FUSTE EM PVC, COM PELE EM POLIÉSTER SINTÉTICO, MEDINDO 160 MM X 200 MM



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	DE DIÂMETRO. ACOMPANHA DUAS BAQUETAS DE 200 MM DE ALTURA EM MADEIRA TORNEADA, LIXADA E SEM FARPAS E TALABARTE DE NYLON COM 0,2 MM DE ESPESSURA E 1200 MM DE TAMANHO. - UM TRIÂNGULO INFANTIL, CONFECCIONADO EM METAL CROMADO, COM 150 MM E BAQUETA METÁLICA DO MESMO MATERIAL E ACABAMENTO. - UM TRIÂNGULO INFANTIL, CONFECCIONADO EM METAL CROMADO, COM 200 MM E BAQUETA METÁLICA DO MESMO MATERIAL E ACABAMENTO. OBSERVAÇÃO: TODOS OS INSTRUMENTOS QUE COMPÕEM A BANDINHA RÍTMICA DEVEM SER ISENTOS DE ARESTAS, FARPAS, OU SALIÊNCIAS CORTANTES, A FIM DE GARANTIR SEGURANÇA NA SUA USABILIDADE. ACONDICIONAMENTO: INSTRUMENTOS PRIMEIRAMENTE ENVOLVIDOS EM FILME PLÁSTICO TERMO-ENCOLHÍVEL E/OU PLÁSTICO BOLHA, ACOMODADOS EM BOLSA DE NYLON ACOLCHOADA COM 700 MM DE COMPRIMENTO.				
15	BANHEIRA PARA BONECAS, COM ACESSÓRIOS:1 BANHEIRA, 1 CHUVEIRINHO, 1 SHAMPOO, 1 ESPONJA. TAMANHO APROXIMADO DA BANHEIRA: 27X18,5CM. COR: COLORIDO, COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO E ESPONJA RESISTENTE.	unid	27	51,89	1.401,03
16	BARALHO UNO, CLÁSSICO JOGO DE CARTAS DE COMBINAR CORES E NÚMEROS QUE É FÁCIL DE PEGAR ENCONTRARÁ 19 CARTAS DE CADA COR (VERMELHO, VERDE, AZUL E AMARELO), ALÉM DE 8 CARTAS COMPRAR DUAS, INVERTER E PULAR EM TODAS AS CORES, JUNTO COM 4 CARTAS CURINGAS, 4 CARTAS COMPRAR MAIS QUATRO, 1 CARTA TROCAR AS MÃOS. INCLUI 112 CARTAS E INSTRUÇÕES. CORES E DETALHES PODEM VARIAR.	unid	265	24,61	6.521,65
17	BATE BOLINHAS, BRINQUEDO INFANTIL COM MARTELO PARA BATER NAS BOLINHAS ATÉ QUE ELAS CAIAM. IDADE RECOMENDADA +12 MESES. EMBALAGEM CONTÉM 1 MARTELO DE	unid	20	72,48	1.449,60



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	PLÁSTICO OU MADEIRA, 3 BOLINHAS E 1 BASE. COM CERTIFICADO INMETRO.				
18	BICICLETA DE EQUILÍBRIO ARO 12 AZUL. BICICLETA INFANTIL SEM PEDAIS, IDEAL PARA CRIANÇAS DE 2 A 5 ANOS, DESENVOLVIDA PARA ESTIMULAR O EQUILÍBRIO E A COORDENAÇÃO MOTORA. POSSUI ARO 12", ESTRUTURA LEVE (APROX. 2,8 KG), SUPORTA ATÉ 21 KG, CONTA COM ASSENTO REGULÁVEL, FREIO TRASEIRO, LIMITADOR DE GIRO DO GUIDÃO PARA MAIOR SEGURANÇA E PNEUS EM EVA. PERFEITA PARA PREPARAR A CRIANÇA PARA A TRANSIÇÃO À BICICLETA COM PEDAIS DE FORMA SEGURA E DIVERTIDA.	unid	26	202,10	5.254,60
19	BLOCOS DE ENCAIXE - BLOCOS DE ENCAIXE VERTICAL. CARACTERÍSTICAS: 25 PEÇAS COLORIDAS E UMA BASE MEDINDO APROXIMADAMENTE 33 X 22 X 6 CM COM 10 PALITOS PARA ENCAIXAR AS PEÇAS. MATÉRIA-PRIMA: BLOCOS E BASE CONFECCIONADOS EM MADEIRA MACIÇA, BLOCOS PINTADOS EM 5 CORES COM TINTA ATÓXICA E COM TAMANHOS E FORMAS GEOMÉTRICAS DIFERENTES, SEM REBARBAS. IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 3 ANOS. COM SACOLA/CAIXA PARA ACONDICIONAMENTO DO BRINQUEDO.	kit	10	44,75	447,50
20	BLOCOS DE MONTAR DE MONTAR COM 80 PEÇAS E COM DIVERSOS TAMANHOS. INDICADO PARA +18M. EMBALAGEM CONTÉM 80 PEÇAS COLORIDAS COM ENCAIXES. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	10	53,18	
21	BLOCOS DE MONTAR ENGRENAGEM MALUCA, COM OBJETIVO DE CONSTRUIR OBJETOS, COM 60 PEÇAS PLÁSTICAS OU ACRILÍCA OU MAIS E ADESIVOS. EMBALAGEM CONTÉM ENGRENAGENS E PEÇAS DE ENCAIXE QUE PODEM SER USADAS EM MILHARES DE MANEIRAS DIFERENTES. IDADE RECOMENDADA + 5 ANOS. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	25	125,670	3.141,75
22	BLOCOS DE MONTAR MAGNÉTICOS, COM OBJETIVO DE CONSTRUIR	unid	26	182,34	4.740,84



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	OBJETOS EM 2D OU 3D. EMBALAGEM CONTÉM 120 PEÇAS PLÁSTICAS OU ACRÍLICA COLORIDAS COM IMÃS EM TODOS OS LADOS, POSSIBILITANDO A CONEXÃO ENTRE AS PEÇAS. CRIAÇÃO LIVRE. IDADE RECOMENDADA + 03 ANOS. ACOMPANHA LIVRETO COM SUGESTÕES DE CONSTRUÇÕES. COM CERTIFICADO INMETRO.				
23	BLOCOS DE MONTAR, ALTA QUALIDADE. 500 PEÇAS. MATERIAL: PLÁSTICO. DIMENSÕES DO PRODUTO: 20 X 20 X 15 CM; 1,3 QUILOGRAMAS	unid	7	142,72	999,04
24	BLOCOS LÓGICOS, BRINQUEDO CONFECCIONADO EM MADEIRA COLORIDO. IDADE RECOMENDADA 3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 48 PEÇAS EM MADEIRA COLORIDA E UMA CAIXA DE MADEIRA MEDINDO APROXIMADAMENTE 26X21X7CM. COM CERTIFICADO DO INMETRO.	unid	10	47,38	473,80
25	BLOQUEIO, JOGO DE ESTRATÉGIA ABSTRATA PARA 2 A 4 JOGADORES. O OBJETIVO É SER O PRIMEIRO A LEVAR O SEU PEÃO DA SUA BORDA INICIAL PARA O LADO OPOSTO DO TABULEIRO, UTILIZANDO PEÕES E BARREIRAS PARA BLOQUEAR O CAMINHO DOS ADVERSÁRIOS. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E REGRAS: TABULEIRO E PEÇAS: O TABULEIRO CONTÉM 81 CASAS (9X9) E O JOGO INCLUI 4 PEÕES E 20 PLACAS DE BLOQUEIO EM MDF. AÇÃO POR TURNO: EM SUA VEZ, O JOGADOR PODE DECIDIR ENTRE MOVER SEU PEÃO UMA CASA (VERTICAL OU HORIZONTALMENTE) OU COLOCAR UMA BARREIRA (BLOQUEIO) PARA DIFICULTAR O AVANÇO DOS ADVERSÁRIOS. USO DE BARREIRAS: AS BARREIRAS OCUPAM DUAS CASAS E SERVEM PARA ALTERAR O TRAJETO DO Oponente. É PROIBIDO BLOQUEAR TOTALMENTE UM PEÃO; DEVE SEMPRE EXISTIR UMA ROTA DE FUGA. SALTO: SE DOIS PEÕES ESTIVEREM FRENTE A FRENTE, UM JOGADOR PODE PULAR O PEÃO ADVERSÁRIO	unid	20	79,05	1.581,00
26	BOLHA DE SABÃO, FORMATO CILINDRICO, CORES SORTIDAS.	unid	800	4,390	3.512,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	MEDINDO NO MINIMO 7CM.				
27	BONECA INFANTIL ESTILO BEBÊ BRANCA COM TAMANHO APROXIMADO DE 31 CM. MATERIAL: VINIL E TECIDO EM FIBRA. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	30	51,14	1.534,20
28	BONECA INFANTIL, BABY SABORES, ALÉM DISSO, CADA UMA DELAS VEM COM CHOCALHO. COM 3 ROSTINHOS E SABORES DIFERENTES - MORANGUINHO, MAÇÃ VERDE E UVINHA - ESSAS BONEQUINHAS FOFAS TAMBÉM POSSUEM CHEIRINHO DE FRUTAS, TORNANDO A BRINCADEIRA AINDA MAIS ENVOLVENTE. FEITAS EM VINIL MACIO. PESO: 800G	unid	20	81,14	1.622,80
29	BONECA INFANTIL, ESTILO BEBÊ NEGRA, ORIENTAL, ÍNDIGENA, ENTRE OUTROS. COM TAMANHO APROXIMADO DE 31 CM. MATERIAL: VINIL E TECIDO EM FIBRA. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	20	51,8333	1.036,6
30	BONECA JOVEM ADULTA, TIPO BARBIE, COM 30 CM DE ALTURA. BONECA COM UM VESTIDO E SALTO ALTO. MATERIAL: TECIDO, PLÁSTICO E CABELO SINTÉTICO. COM CERTIFICADO INMETRO	unid	10	51	510,00
31	BONECAS E BONECOS EM VINIL ATÓXICO, CONTENDO MEMBROS ARTICULADOS, MEDIDA APROXIMADA DE 27,5CM.	unid	40	33,16	1.326,40
32	BONECO MASCULINO. MATERIAL: PLÁSTICO E TECIDO. CONTEÚDO E DIMENSÕES: CONTEÚDO: 01 BONECO VESTIDO COM MACACÃO, MEIAS E BONÉ. DIMENSÕES DA EMBALAGEM APROX.(AXLXP): 38,5 X 28 X20,5CM. POSSUI CORPO EM TECIDO.	unid	20	75,930	1.518,60
33	BONECO MENINO, ESTILO BEBÊ NEGRO, ORIENTAL, ÍNDIGENA, ENTRE OUTROS. CONFECCIONADO EM VINIL ATÓXICO MACIO, CONTENDO MEMBROS ARTICULADOS, CABEÇA COM OLHOS FIXOS BLINDADOS EM POLIESTIRENO ACOMPANHADO DE BLUSA E FRALDA EM TECIDO COLORIDO, COM POSSIBILIDADE DE PÔR E TIRAR.	unid	20	83,09	1.661,80



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	DIMENSÕES APROXIMADAS: 26CM A 40CM.				
34	BRINQUEDO COMBINE E ENCAIXE. COLORIDO, INDICADO PARA CRIANÇAS ACIMA DE 04 ANOS. MATERIAL: MADEIRA E PLÁSTICO COLORIDO. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	unid	10	60,13	601,3
35	BRINQUEDO INFANTIL RODADINHOS BLOCKS COMPLETO: O CAMINHÃO É COMPLETO PARA CARREGAR E TRANSPORTAR TERRA, AREIA OU PEDRINHAS PRA LÁ E PRA CÁ, ELE VEM COM UMA CAÇAMBA REMOVÍVEL COM RODINHAS, ACOMPANHA UMA CONCHA E UM CARREGADOR QUE SE ENCAIXAM EM DIFERENTES POSIÇÕES DO CAMINHÃO, E O SR. MOTORISTA TAMBÉM PODE ACOMPANHAR O CARREGAMENTO, POIS ELE VEM COM UM FORMATO QUE DESENCAIXA DA CABINE, OS RODADINHOS BLOCKS COMPLETO PODE SE TRANSFORMAR TAMBÉM EM TRUCK OU TRATOR, É SÓ ESCOLHER QUAL DELES FARÁ PARTE DA BRINCADEIRA E DESENCAIXAR OU ENCAIXAR AS PEÇAS, O BRINQUEDO VEM COM CORES SORTIDAS, CONTÉM: 1 RODADINHO COM CAÇAMBA, ESCAVADEIRA, BRAÇO ARTICULADO E REBOQUE, 1 BONECO, MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO DO PRODUTO: 48,5 X 19,7 X 26,7CM.	unid	28	55,51	1.554,28
36	BRINQUEDO INTERATIVO BLOCO ARCO ÍRIS: JOGO EDUCATIVO DE FORMAS EM MADEIRA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 8 ARCOS DE DIFERENTES TAMANHOS E DIFERENTES CORES. BRINQUEDO DE MADEIRA CERTIFICADA E SEM ADITIVOS TÓXICOS. MEDIDAS APROXIMADAS DO ARCO MAIOR: 27 CM DE LARGURA.	unid	8	173,82	1.390,56
37	BRINQUEDO RECREATIVO DE PLÁSTICO: BALANÇA E CESTA DE COMPRAS COM FRUTAS E DEMAIS PRODUTOS (LEITE, SUCO, ETC.), DIMENSÕES: 39X10X23.	unid	27	61,14	1.650,78
38	BRINQUEDO TIPO GIRO MÁGICO, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO, COM BASE ESTÁVEL PARA ACIONAMENTO	unid	20	43,32	866,40



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	MANUAL. DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS: DIMENSÕES DO PRODUTO: 12,7 X 38,5 X 12,7. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO				
39	CAIXA DE LUZ: CAIXA DE MADEIRA PINUS, NA COR NATURAL DA MADEIRA, MEDINDO NO MÍNIMO 40X50X12CM. COM ACRÍLICO BRANCO ENCAIXADO NA SUPERFÍCIE. NO SEU INTERIOR POSSUI FITA DE LED COM 14 CORES, COMANDADA POR CONTROLE REMOTO PARA A TROCA DE CORES, BEM COMO EFEITOS DE TROCAS DE CORES AUTOMÁTICA E ACOMPANHADA DE FONTE 12V	unid	7	548,98	3.842,86
40	CAIXA REGISTRADORA INFANTIL, BRINQUEDO INFANTIL COM LUZ E SOM, CALCULADORA FUNCIONAL, ACESSÓRIOS COM CARTÃO DE CRÉDITO, DINHEIRINHO, PRODUTOS E CESTA DE COMPRAS. MATERIAL: PLÁSTICO. IDADE RECOMENDADA +4 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM: 01 CAIXA REGISTRADORA, 2 CARTÕES DE CRÉDITO, 1 CESTA DE COMPRAS, 2 BLOQUINHOS DE CÉDULA DE DINHEIRO, 8 MOEDAS, 2 FRUTAS, 1 GARRAFA DE ÁGUA, 1 CAIXA DE CEREAL, 1 GARRAFA DE KETCHUP E 1 CHAVE PARA GAVETA. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	30	93,48	2.804,40
41	CAMINHA DE BONECA DE BALANÇO: CONTÉM 01 BERÇO INFANTIL, 01 TRAVESSEIRO E 01 COBERTINHA. POSSUI UM LEVE BALANÇO. DESMONTÁVEL. DIMENSÕES DO PRODUTO NA EMBALAGEM: BERÇO MONTADO (CXLXA): 37X24X18 CM.	unid	22	181,78	3.999,16
42	CAMINHÃO MINI TRANS CEGONHA COM 4 CARRINHOS SORTIDOS. ESTA MINI CEGONHEIRA ACOMPANHA 4 CARRINHOS DE CORES SORTIDAS, POSSUI TRAVAS PARA SEGURAR OS VEÍCULOS E UMA RAMPA PARA CARREGAR E DESCARREGAR. TRANSPORTAR SEUS CARRINHOS NUNCA FOI TÃO DIVERTIDO, AS CRIANÇAS VÃO SE DIVERTIR À BEÇA. ESPECIFICAÇÕES: IDADE RECOMENDADA A PARTIR DE 03. MATERIAL: PLÁSTICO. MEDIDAS APROXIMADAS DO CAMINHÃO 12 X 7 X	kit	30	59,29	1.778,70



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	34 CM (AXLXC) PESO APROXIMADO DO PRODUTO SEM EMBALAGEM 188 PESO APROX. DO PRODUTO COM EMBALAGEM 300 GRAMAS. MEDIDAS DA EMBALAGEM 8 X 14 X 38 CM (AXLXC). CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01- CAMINHÃO MINI TRANS CEGONHA, 04- CARRINHOS				
43	CAMINHÃO TIPO BOMBEIRO, DIMENSÕES DE APROXIMADAMENTE 50CM, PLÁSTICO, O CAMINHÃO ACOMPANHA ESCADA COM REGULAGEM DE ALTURA E GIRO DE 360°, TAMBÉM TEM UM LANÇADOR DE ÁGUA E UM RESERVATÓRIO PARA A ÁGUA PARA LANÇAR ÁGUA DE VERDADE! ACOMPANHA TAMBÉM TRÊS DIFERENTES MELODIAS QUE QUANDO TOCAM ACENDEM OS FARÓIS	unid	15	59,29	889,35
44	CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA DE BRINQUEDO EM POLIPROPILENO. CAÇAMBA MÓVEL ACOMPANHA PÁ E RASTEL. MEDIDAS DE 78,9X36,8X29,6CM (CXAXL)	unid	18	66,85	1.203,30
45	CAMINHÃO, TIPO PATROLA DE BRINQUEDO FABRICADA EM MATERIAL POLIPROPILENO	unid	30	47,180	1.415,40
46	CAMINHÕES CONSTRUÇÃO, PRODUZIDO EM METAL COM ACABAMENTOS EM PLÁSTICO. O KIT DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 6 PEÇAS, ENTRE TRATORES, CAMINHÕES E EMPILHADEIRAS COM TAMANHOS APROXIMADOS DOS VEÍCULOS ENTRE 7 E 9 CM, A EMBALAGEM TOTAL DO PRODUTO DEVERÁ SER APROXIMADAMENTE, 35 X 11 X 6 CM	kit	20	64,52	1.290,40
47	CAMINHÕES E VEÍCULOS DIVERSOS: BOIADEIRO, CEGONHA, CONTAINER, AMBULÂNCIA, ÔNIBUS E SIMILARES. COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 39,5 X 7,5 X 12,5 CM; 520 G	unid	20	63,52	1.270,40
48	CAMINHÕES: KIT 12 CAMINHÃO CARRETA ESCAVADEIRA CONSTRUÇÃO INFANTIL 9 CM. ESCAVADEIRA, EMPILHADEIRA, ROLO COMPRESSOR E CAÇAMBA, ENTRE OUTROS. MATERIAL: METAL, PLÁSTICO, BORRACHA. COR DE	unid	15	147,65	2.214,75



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	REFERÊNCIA: AMARELO				
49	CARRINHO DE BONECA BEBÊ, INFANTIL DOBRÁVEL, PARA BONECAS DE 35 CM. PESO MÁXIMO SUPORTADO 1KG. IDADE RECOMENDADA + 3 ANOS. MATERIAL: PLÁSTICO, METAL E PAPEL ADESIVO. MEDIDAS APROXIMADAS: 43 CM DE ALTURA, 15 CM DE LARGURA E 33 CM DE COMPRIMENTO. COM CERTIFICADO INMETRO	unid	33	46,18	1.523,94
50	CARRINHO DE BRINQUEDO FRICÇÃO, KIT COM 6 CARROS	kit	25	40,37	1.009,25
51	CARRINHO DE SUPERMERCADO, IDADE RECOMENDADA + 3 MESES. MATERIAL: PLÁSTICO INJETADO. MEDIDAS APROXIMADAS: 42CMX56CMX30CM. COM CERTIFICADO INMETRO. CORES QUE SERÃO ACEITAS: VERMELHO, VERDE E AMARELO E LARANJADA. PODERÁ TER MAIS QUE UMA DAS CORES CITADAS POR PRODUTO.	unid	25	83,42	2.085,5
52	CARRINHO DE MADEIRA: MINI CARRO DE MADEIRA, FABRICADO EM MADEIRA MACIÇA: ACABAMENTO TINTA E CERA ATÓXICAS. MEDIDAS: 12 X 6 X 6,5. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	unid	15	206,53	3.097,95
53	CARRINHO DE PLÁSTICO INFANTIL, ESTILO JEEP TRILHA. MEDIDAS APROXIMADAS DE: 11CM DE ALTURA X 12CM DE LARGURA X 24CM DE COMPRIMENTO.	unid	22	53,68	1.180,96
54	CARRINHOS EMBORRACHADOS, MEDIDAS DO PRODUTO: 12 X 07 X 10 CM. PESO APROXIMADO 64G. MATERIAL: VINIL. MATERIAL ATÓXICO. MACIO. LAVÁVEL. ALTA QUALIDADE. TAMANHOS E FORMATO ESPECIAIS PARA O BEBÊ. CANTOS ARREDONDADOS PARA NÃO MACHUCAR. CORES E MODELOS VARIADOS.	unid	45	15,460	695,70
55	CARRIOLA, COM PÁ E RASTELO PRODUZIDO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, COM AS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 22CM X 25CM X 48CM.	unid	32	102,32	3.274,24
56	CASA KIDS, CONFECCIONADA EM POLIETILENO A CONDUTIVIDADE ELÉTRICA (ANTIESTÁTICO),	unid	5	7.062,33	35.311,65



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DA ABNT NBR 14922. ROTOMOLDADO 12 COM ADITIVOS UV, COM SISTEMAS DE ENCAIXE COM ROSCA, EM INJEÇÃO PLÁSTICA. COMPOSTA POR QUATRO PAREDES TEXTURIZADAS COM ACABAMENTO QUE IMITA PEDRA, (TIJOLINHO), COM NO MÍNIMO UMA PORTA, E JANELAS, UM FOGÃO EM PLÁSTICO ENCAIXADO, TELHADO COM DUAS ÁGUAS. MEDIDAS MÍNIMAS 1,50X1,30X1,68CM; APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO				
57	CIRCUITO BEBÊ: BARCO ESCADA: MATERIAL FEITO EM MADEIRA PINUS, PINTURA COM VERNIZ PARA ÁREA EXTERNA. DE UM LADO É COMPOSTO DE DEGRAUS PARA USO COM ESCADA SOBE/DESCE E VIRANDO O LADO SE TRANSFORMA NUM BARCO COM DOIS BANCOS PARA SENTAR. MEDIDAS MÍNIMAS 0,64X 1,20 X 0,29 (L X C X A).	unid	4	1.672,83	6.691,32
58	CIRCUITO BEBÊ: COMPOSTO POR QUATRO MÓDULOS EM MADEIRA COMPENSADO DE PINUS (1 BASE + 01 ESCADA + 01 RAMPA + 01 RAMPA COM BASTÕES), ACABAMENTO EM ÓLEO DE LINHAÇA, CANTOS ARREDONDADOS. MEDIDAS MÍNIMAS: 50 CM X 50 CM X 10 CM (CADA MÓDULO). ESCADA COM DOIS DEGRAUS. RAMPA COM BASTÕES CONTENDO 6 BASTÕES. ESPESSURA MÍNIMA DA MADEIRA: 18MM	unid	4	1.743,00	6.972,00
59	CIRCUITO BEBÊ: TRIÂNGULO ESCADINHA COM RAMPA EM MADEIRA: ESCADINHA EM MADEIRA PINUS E 06 BARRAS ROLIÇAS. MEDIDA MÍNIMA 58 CM X 70 CM X 72 CM. RAMPA EM MADEIRA PINUS, UM DOS LADOS LISOS E O OUTRO COM TRAVAS. MEDIDA MÍNIMA 1,00 X 30 CM. ESPESSURA MÍNIMA DA MADEIRA 18MM.	unid	4	568,920	2.275,68
60	CIRCUITO BEBÊ: TÚNEL DE MADEIRA + 2 CUBOS: TÚNEL MEDINDO NO MÍNIMO 1,50 X 50 X 50 CM, COM MAIS UMA SAÍDA EM FORMATO DE CÍRCULO NA PARTE SUPERIOR. EM MADEIRA COMPENSADO DE PINUS E ACABAMENTO EM ÓLEO DE LINHAÇA. DOIS CUBOS, UM COM UMA DAS FACES COM UM CÍRCULO VAZADO E OUTRO	unid	4	1.384,92	5.539,68



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	COM BARRAS ROLIÇAS. CANTOS ARREDONDADOS. MEDIDAS MÍNIMAS DE CADA CUBO: 50 CM X 50 CM. ESPESSURAMÍNIMA DA MADEIRA: 18MM.				
61	CONJUNTO ANIMAIS AQUÁTICOS DE BORRACHA - 06 UNIDADES MEDIDAS MIN 6X5CM	kit	11	66,76	734,36
62	CONJUNTO ANIMAIS SELVAGENS, KIT COM 12 ANIMAIS SELVAGENS DE PLÁSTICO OU BORRACHA MINIATURA. IDADE RECOMENDADA + 3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 12 ANIMAIS SELVAGENS. MEDIDAS APROXIMADAS DE CADA ANIMAL 16 CM DE COMPRIMENTO. COM CERTIFICADO INMETRO	unid	10	33,84	338,40
63	CONJUNTO DE COMIDAS, KIT COM 17 PEÇAS DE FRUTAS E LEGUMES COM VELCRO QUE POSSIBILITA A SIMULAÇÃO DE CORTE AO MEIO. IDADE RECOMENDADA + 3 ANOS. MEDIDAS APROXIMADAS DE CADA FRUTA E LEGUMES: 6CM. EMBALAGEM: . EMBALAGEM CONTÉM 17 PEÇAS DE FRUTAS E LEGUMES DE PLÁSTICO, CADA UMA COM VELCRO. COM CERTIFICADO INMETRO	unid	10	52,12	521,20
64	CONJUNTO DE PANEAS DE TAMAÑOS DIVERSOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS FEITOS DE MADEIRA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 30 X 20 X 7. 700G. MODELOS SORTIDOS.	kit	10	86,33	863,30
65	CONJUNTO LIMPEZA: KIT LIMPEZA BRINQUEDO INFANTIL. FEITOS EM MATERIAL RESISTENTE E COLORIDOS, ELE ACOMPANHA UMA VASSOURA, UMA PÁ E UM RODO. DIMENSÕES APROXIMADAS DA VASSOURA E RODO: ALTURA 53CM DIMENSÕES APROXIMADAS DA PÁ: ALTURA 22CM	unid	12	32,67	392,04
66	COZINHA INFANTIL - CARACTERÍSTICAS: KIT DE COZINHA INFANTIL COM 52 PEÇAS. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE. COMPOSIÇÃO:- 1 AIR FRYER COM GAVETA REMOVÍVEL (TAMANHO AXL: 13CM X 9CM) - 1 LIQUIDIFICADOR (TAMANHO AXL: 17CM X 9,5CM)- 1 FOGÃO (TAMANHO CXL:	kit	5	76,22	381,1



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	<p>21CM X 15CM) - 3 PANELINHAS (TAMANHO AXL: 12CM X 5CM)- 1 CAIXINHA DE SUCO DE UVA, - 1 CAIXINHA DE LEITE INTEGRAL, - 1 CAIXINHA DE SUCRILHOS, - 1 CAIXINHA DE MACARRÃO INSTANTÂNEO, - 1 CAIXINHA DE COOKIES DE CHOCOLATE, - 2 OVOS - 2 PIMENTÕES - 1 BANANA. - 1 LATA DE MILHO- 1 LATA DE TODDY - 1 COPO COM CANUDO (TAMANHO AXL: 6CM X 4CM) - 1 JARRA (TAMANHO AXL: 15CM X 8CM) - 1 CESTINHA DE MERCADO (TAMANHO AXL: 19CM X 15CM) - 6 UNIDADES DE LEGUMES E 6 UNIDADES DE FRUTAS POTES DE MANTIMENTOS - CAFÉ (TAMANHO AXL: 4,5CM X 4,5CM)- AÇÚCAR (TAMANHO AXL: 5,5CM X 5,5CM)- FEIJÃO (TAMANHO AXL: 6CM X 6CM) - ARROZ (TAMANHO AXL: 7CM X 7CM) - 2 PRATOS (TAMANHO AXL: 10CM X 10CM) - 2 COPOS (TAMANHO AXL: 6CM X 4CM) - 2 GARFOS (TAMANHO AXL: 8CM X 3CM) - 2 FACAS (TAMANHO AXL: 8CM X 3CM) - 3 FRUTAS (TAMANHO AXL: 7CM X 6CM) - 1 FACA (TAMANHO AXL: 12CM X 3CM) - 1 TABUA DE CORTE (TAMANHO AXL: 11CM X 7CM).</p>				
67	<p>COZINHA INFANTIL - KIT DE ACESSÓRIOS: BRINQUEDO - KIT COZINHA INFANTIL - CARACTERÍSTICAS: KIT DE COZINHA INFANTIL COM 52 PEÇAS. MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE. COMPOSIÇÃO:- 1 AIR FRYER COM GAVETA REMOVÍVEL (TAMANHO AXL: 13CM X 9CM) - 1 LIQUIDIFICADOR (TAMANHO AXL: 17CM X 9,5CM)- 1 FOGÃO (TAMANHO CXL: 21CM X 15CM) - 3 JANELINHAS (TAMANHO AXL: 12CM X 5CM)- 1 CAIXINHA DE SUCO DE UVA, - 1 CAIXINHA DE LEITE INTEGRAL, - 1 CAIXINHA DE SUCRILHOS, - 1 CAIXINHA DE MACARRÃO INSTANTÂNEO, - 1 CAIXINHA DE COOKIES DE CHOCOLATE, - 2 OVOS - 2 PIMENTÕES - 1 BANANA. - 1 LATA DE MILHO- 1 LATA DE TODDY - 1 COPO COM CANUDO (TAMANHO AXL: 6CM X 4CM) - 1 JARRA (TAMANHO AXL: 15CM X 8CM) - 1 CESTINHA DE MERCADO (TAMANHO AXL: 19CM X 15CM) - 6 UNIDADES DE LEGUMES E 6 UNIDADES DE FRUTAS POTES DE</p>	kit	6	110,360	662,16



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	MANTIMENTOS - CAFÉ (TAMANHO AXL: 4,5CM X 4,5CM)- AÇÚCAR (TAMANHO AXL: 5,5CM X 5,5CM)- FEIJÃO (TAMANHO AXL: 6CM X 6CM) - ARROZ (TAMANHO AXL: 7CM X 7CM) - 2 PRATOS (TAMANHO AXL: 10CM X 10CM) - 2 COPOS (TAMANHO AXL: 6CM X 4CM) - 2 GARFOS (TAMANHO AXL: 8CM X 3CM) - 2 FACAS (TAMANHO AXL: 8CM X 3CM) - 3 FRUTAS (TAMANHO AXL: 7CM X 6CM) - 1 FACA (TAMANHO AXL: 12CM X 3CM) - 1 TABUA DE CORTE (TAMANHO AXL: 11CM X 7CM)				
68	COZINHA INFANTIL, 16 PEÇAS DE BRINQUEDO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO COLORIDO. IDADE RECOMENDADA +3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 16 UTENSÍLIOS DE COZINHA, INCLUINDO FOGÃOZINHO, PANELA, TAMPA, FRIGIDEIRA, PRATOS, COPOS E TALHERES. COM CERTIFICADO INMETRO.	kit	7	37,42	261,94
69	COZINHA INFANTIL, KIT INFANTIL DE COZINHA EM AÇO INOXIDÁVEL 25 PEÇAS. CONTENDO: 1 PANELA ESTILO CALDEIRÃO (14CM X 7,5CM), 1 PANELA RASA (13CM X 3CM), 1 BASE DE BULE (10CM X 4,5CM), 1 CHALEIRA (13CM X 6CM), 1 RECIPIENTE CIRCULAR (7,5CM X 4CM), 1 FRIGIDEIRA RASA COM ALÇA (2CM X 17CM), 1 ESCORREDOR DE MASSA COM ALÇAS (14,5CM X 3,5CM), 1 PANELA COM ALÇAS (4CM X 11CM), 1 RECIPIENTE CIRCULAR DE FUNDO ARREDONDADO COM ALÇAS (13CM X 3CM), 1 BANDEJA CIRCULAR (DIÂMETRO DE 6,2CM), 1 PRATO CIRCULAR (DIÂMETRO DE 9,5CM), BANDEJA CIRCULAR (DIÂMETRO DE 11CM), 1 TAMPA DE PANELA COM ALÇA (10CM DE DIÂMETRO), TAMPA DE PANELA COM PEGADOR (10CM DE DIÂMETRO), 1 FRIGIDEIRA CIRCULAR FUNDA COM ALÇA (12CM DE DIÂMETRO), 1 COPO DE CHÁ COM ALA (7,5 CM DE DIÂMETRO 3,5CM DE ALTURA), 1 BACIA CIRCULAR (5,5CM DE DIÂMETRO X 3CM DE ALTURA), 1 CÁLICE (6CM DE DIÂMETRO X 4CM DE ALTURA), 1 BACIA (10CM DE DIÂMETRO X 3CM DE ALTURA), 1 CUTELO (3CM X 9,8CM), 1 COLHER (9,5CM X 2CM), 1 PAR	kit	6	69,33	415,98



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	DE HASHI (15CM X 1CM), 1 FUÊ (2CM X 13CM), 1 PEGADOR DE MASSA (13CM X 2,3CM), 1 ESPUMADEIRA QUADRANGULAR (3CM X 14CM), 1 ESPUMADEIRA CIRCULAR (14CM X 4CM) E 1 CONCHA (13CM X 4,8CM).				
70	COZINHA INFANTIL: FEITA EM MADEIRA COMPENSADA DE PINUS, UM MATERIAL RESISTENTE E SUSTENTÁVEL. O CONJUNTO INCLUI UMA PIA COM FOGÃO E UMA GELADEIRA, AMBOS COM ACABAMENTO EM ÓLEO DE LINHAÇA, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E DURABILIDADE. AS DIMENSÕES DOS MÓVEIS SÃO: PIA COM FOGÃO: 66 CM DE ALTURA X 70 CM DE LARGURA X 37 CM DE PROFUNDIDADE DE MEDIDA MÍNIMA. GELADEIRA: 82 CM DE ALTURA X 37 CM DE LARGURA X 29 CM DE PROFUNDIDADE DE MEDIDA MÍNIMA. IMAGEM ILUSTRATIVA EM ANEXO.	kit	10	748,67	7486,70
71	CUBO EDUTATIVO 5 EM 1, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 12 MESES. MATERIAL PLÁSTICO COLORIDO. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO. 24X6X18,5. 580. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO	unid	12	185,75	2.229
72	DOMINÓ - OSSO PROFISSIONAL, JOGO PARA NO MÍNIMO 2 JOGADORES, COM O OBJETIVO DE SE LIVRAR DE TODAS AS PEÇAS PARA GANHAR. OS JOGADORES PRECISAM COMBINAR O NÚMERO DE SUAS PEÇAS COM AS QUE ESTÃO NO CENTRO. IDADE RECOMENDADA +4 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 28 PEÇAS. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	15	29,25	438,75
73	DOMINÓ ASSOCIAÇÃO DE IDEIAS, CARACTERÍSTICAS: EM MADEIRA COM 28 PEÇAS; O JOGO TRABALHA A MEMORIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES E FIXAÇÃO DE DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO. AUXILIA EM TODAS AS FASES DA APRENDIZAGEM; CORES SORTIDAS; MATERIAL: MADEIRA MDF, SEM REBARBAS. ACONDICIONADO EM CAIXA/ESTOJO DE MDF - 17,0 X 9,5 X 4,5 CM. MEDIDAS DAS PEÇAS: 7,0X3,5.	unid	20	30,58	611,60
74	DOMINÓ DE FIGURA E FUNDO, CARACTERÍSTICAS: JOGO DE DOMINÓ	unid	20	30,58	611,60



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	FIGURA E FUNDO, EM MADEIRA COM 28 PEÇAS; REALIZA A ASSOCIAÇÃO ENTRE A IMAGEM E O FUNDO REPRESENTADO NAS PEÇAS, A PERCEPÇÃO DA FIGURA E DA SILHUETA É ESTIMULADA NESTE JOGO; CORES SORTIDAS; MATERIAL: MADEIRA SEM REBARBAS. ACONDICIONADO EM CAIXA/ESTOJO DE MDF - 16,6X9,5X4,6 CM. IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 4 ANOS. MEDIDAS DAS PEÇAS: 7,0X3,5X0,3 CM.				
75	DOMINÓ EDUCATIVO 04 OPERAÇÕES: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO. COMPOSTO POR 28 PEÇAS EM MDF, 7 X 3,5, PINTADAS E SERIGRAFADAS COM TINTA ULTRAVIOLETA ATÓXICA EM UMA DAS FACE E ACOMODADAS EM CAIXA DE MADEIRA COM TAMPA.	unid	20	30,58	611,60
76	DOMINÓ EDUCATIVO DE FRASES: JOGO CONTENDO 28 PEÇAS EM MADEIRA, CADA PEÇA MEDINDO: 10 X 3 X, 03CM.	unid	20	30,58	611,60
77	DOMINÓ JÁ SEI LER, INDUZ O JOGADOR DE FORMA DINÂMICA E DIVERTIDA, A PENSAR ANTES DE AGIR, POR MEIO DA LEITURA, DA MEMORIZAÇÃO E DA ASSOCIAÇÃO. CONTÉM 36 CARTELAS ILUSTRADAS FABRICADAS EMPAPEL CARTÃO RESISTENTE.	unid	23	30,58	703,34
78	FERRAMENTA INFANTIL COM BANCADA COM 58 PEÇAS, IDADE RECOMENDADA +3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 1 MALETA QUE VIRA BANCADA, 1 FURADEIRA ELETRÔNICA, 1 MARTELO, 1 CHAVE CATRACA, 2 PEDAÇOS DE MADEIRA, 1 CHAVE GRIFO, 1 SERROTE, 1 CHAVE ESTRELA, 1 CHAVE AJUSTÁVEL, 1 MORSA, 1 PAQUÍMETRO, 16 PORCAS, 22 PARAFUSOS, 1 CHAVE DE FENDA, 1 CHAVE PHILLIPS E 1 ADAPTADOR CHAVE. COM CERTIFICADO INMETRO.	kit	8	128,41	1.027,28
79	FERRAMENTAS INFANTIL COM PEÇAS PARA BRINCAR. CONTÉM: 1 CAIXA DE FERRAMENTAS, 1 ALICATE, 1 CHAVE DE FENDA, 1 CHAVE DE BOCA, 1 CHAVE INGLESA, 1 SERROTE, 1 MARTELO, 3 FORMAS PLANAS, 4 PARAFUSOS, 4 PORCAS, COLORIDA, DIMENSÕES:27,5X18X21,5.	kit	8	52,87	422,96



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

80	FOGÃO INFANTIL COM PANEAS: FOGÃO DE BRINQUEDO COM PORTINHA ARTICULADA, BOTÕES COM MOVIMENTO E ACOMPANHA 4 PANELINHAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 44 X 21 X 29. O PRODUTO DEVERÁ TER CERTIFICADO DO INMETRO	kit	10	114,77	1147,70
81	GANGORRA DE MADEIRA NATURAL: PARAFUSADA COM PARAFUSO CABEÇA CHATA, PINTURA EM VERNIZ, INCOLOR A BASE DE ÁGUA. MEDIDAS: 1,20CM X 50CM X 60CM, SUPORTA ATÉ 60KG	unid	5	713,75	3.568,75
82	GELADEIRA DE BRINQUEDO COM SOM E LUZ: GELADEIRA DE BRINQUEDO COM ACESSÓRIOS: COPINHOS, FORMA DE GELO, E FORMINHA. DIMENSÕES: 34 X 13. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO	unid	5	84,780	423,90
83	GELADEIRA DE MADEIRA: GELADEIRA COM DUAS PORTAS COM DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR E PEZINHO DE 5 CM. DIMENSÕES APROXIMADAS (AXLXP): 90 X 50 X 30 CM. CONFECCIONADOS EM TÁBUA DE PINUS BLANK MACIÇA E COMPENSADO, ACABAMENTO COM SELADOR INCOLOR E LUSTRAÇÃO, CANTOS ARREDONDADOS	unid	10	364,47	3.644,70
84	INSTRUMENTO MUSICAL: XILOFONE EM MADEIRA E METAL. CONTER 8 NOTAS E 2 BANQUETAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 24CM X 20CM X 5CM. CADA UMA DAS PARTES DE METAL DEVE CONTER UMA COR DIFERENTE.	unid	12	65,32	783,84
85	INSTRUMENTO, VIOLÃO DE BRINQUEDO, FABRICADO EM MADEIRA LEVE, ATÓXICO E COM ACABAMENTO LISO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 55 CM DE COMPRIMENTO.	unid	10	137,29	1372,90
86	INSTRUMENTO, GUITARRA DE BRINQUEDO, FABRICADO EM MADEIRA LEVE, ATÓXICO E COM ACABAMENTO LISO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 55 CM DE COMPRIMENTO	unid	8	112,36	898,88
87	JOGO DA MEMÓRIA - FAZENDINHA. CARACTERÍSTICAS: JOGO DA MEMÓRIA EM MADEIRA TIPO FAZENDINHA	unid	10	23,780	237,80



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	COMPOSTO POR DIVERSOS ANIMAIS DA FAZENDA; COM 40 PEÇAS. CORES SORTIDAS. MATERIAL: MADEIRA MDF. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO. IDADE RECOMENDADA: ACIMA DE 4 ANOS. MEDIDAS APROXIMADAS DA EMBALAGEM: (C X A X L) 22,7 X 21,2 X 4,5 CM. PESO: 370 GRAMAS				
88	JOGO DA MEMÓRIA CAPITAIS. PEÇAS CARTONADASE PLASTIFICADAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 25 X 5 X 20 CM; 160 G. NO MÍNIMO 40 PEÇAS	unid	20	26,25	525
89	JOGO DA MEMÓRIA SÍLABAS, IDEAL PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS. JOGO EDUCATIVO COM 40 CARTELAS DE SÍLABAS E 5 TABULEIROS. TODAS AS REGRAS DO JOGO DE MEMÓRIAS SÍLABAS ESTÃO INCLUSAS JUNTO COM O MANUAL DO JOGO.	unid	20	23,78	475,60
90	JOGO DA MEMÓRIA, COM TEMAS VARIADOS. PEÇAS CARTONADASE PLASTIFICADAS. SERÃO ACEITOS TEMAS COMO, FRUTAS, ANIMAIS, MEIOS E TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO, LETRAS, NÚMEROS E OUTRO DE CUNHO EDUCACIONAL. JOGO PARA 2 OU MAIS JOGADORES, COM O OBJETIVO DE ENCONTRAR AS IMAGENS IGUAIS. IDADE RECOMENDADA +3 ANOS. EMBALAGEM CONTÉM 48 PEÇAS (24 PARES).	unid	23	23,09	531,07
91	JOGO DE MEMÓRIA SÍLABAS - JOGO ONDE O PAR DE PEÇAS COMBINADAS FORMA UMA PALAVRA, ESTIMULANDO A LINGUAGEM E O RACIOCÍNIO LÓGICO. CONTÉM: 40 CARTELAS COM SÍLABAS E 5 TABULEIROS PRODUZIDOS EM PAPEL-CARTÃO.	unid	16	25,83	413,28
92	JOGO DE TABULEIRO, COMPOSTO POR TABULEIRO EM FORMATO HEXAGONAL CONTENDO NO MÍNIMO 61 CAVIDADES E CONJUNTO COM 28 ESFERAS DESLIZANTES, SENDO 14 DE UMA COR E 14 DE OUTRA COR CONTRASTANTE, DESTINADO A DOIS JOGADORES. O TABULEIRO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE, COMO PLÁSTICO RÍGIDO, POLIPROPILENO, OU MATERIAL DE	unid	5	169,62	848,10



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR, COM DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS DE 30 CM DE DIÂMETRO. AS ESFERAS DEVERÃO SER PRODUZIDAS EM PLÁSTICO ABS, RESINA OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM ACABAMENTO LISO, UNIFORME E RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. O JOGO DEVERÁ PERMITIR O DESLIZAMENTO DAS PEÇAS NAS CAVIDADES DO TABULEIRO, CONFORME REGRAS OFICIAIS. PRODUTO DEVERÁ TER CERTIFICADO DO INMETRO				
93	JOGO TORRE DE JENGA/CAIU PERDEU/EQUILIBRIO JOGO DE HABILIDADE E COORDENAÇÃO MOTORA COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 48 BLOCOS DE MADEIRA MACIÇA OU MDF DE ALTA DENSIDADE, COM ACABAMENTO LISO, CANTOS ARREDONDADOS E SEM FARPAS. OS BLOCOS DEVERÃO POSSUIR DIMENSÕES UNIFORMES, COM MEDIDAS MÍNIMAS APROXIMADAS DE 7 CM X 2 CM X 1 CM CADA PEÇA. ACONDICIONADO EM CAIXA OU EMBALAGEM RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO. PRODUTO ATÓXICO, SEGURO PARA USO INFANTIL, INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 4 ANOS, CERTIFICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (INMETRO).	unid	10	25,33	253,30
94	KIT CABELEIREIRO INFANTIL COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 8 PEÇAS (EX.: SECADOR, TESOURA, PENTE, ESCOVA E ACESSÓRIOS), ACONDICIONADO EM MALETA OU EMBALAGEM SIMILAR. CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, SEM PONTAS OU ARESTAS CORTANTES, ADEQUADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS. PRODUTO CERTIFICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (INMETRO).	kit	15	33,52	502,8
95	KIT DE FORMINHAS PARA USO COM MASSA DE MODELAR, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 10 PEÇAS EM FORMATOS VARIADOS. CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, COM BORDAS ARREDONDADAS E SEM ARESTAS CORTANTES. DIMENSÕES	kit	10	32,51	325,10



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	ADEQUADAS AO MANUSEIO INFANTIL. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS. PRODUTO CERTIFICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (INMETRO).				
96	KIT DE SALÃO DE BELEZA INFANTIL COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 8 PEÇAS DE BRINQUEDO, INCLUINDO ITENS COMO SECADOR, TESOURA, PENTE, ESCOVA, ESPELHO E OUTROS ACESSÓRIOS RELACIONADOS À TEMÁTICA DE CABELEIREIRO, ACONDICIONADO EM MALETA OU EMBALAGEM SIMILAR PARA FÁCIL TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO, COM BORDAS ARREDONDADAS, SEM PONTAS OU ARESTAS CORTANTES, SEGURO PARA CRIANÇAS.	kit	10	46,61	466,10
97	KIT MALETA VETERINÁRIO INFANTIL COM CACHORRINHO: A MALETA DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO: UM CACHORRINHO E ACESSÓRIOS DE VETERINÁRIO, ITENS COMO ESTETOSCÓPIO, SERINGA E ÓCULOS, MEDIDAS: CACHORRINHO: 10 CM (ALTURA) X 5 CM (LARGURA) X 4 CM (PROFUNDIDADE). MALETA: 23 CM (ALTURA) X 27 CM (LARGURA) X 9 CM (PROFUNDIDADE). CONTÉM: 1 CACHORRINHO. 1 ÓCULOS DE DOUTOR. 1 ESTETOSCÓPIO. 1 PÍLULA. 1 SERINGA. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	kit	5	133,45	667,25
98	KIT MÉDICO INFANTIL COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 8 PEÇAS (EX.: ESTETOSCÓPIO, TERMÔMETRO, SERINGA, TESOURA E ACESSÓRIOS), ACONDICIONADO EM MALETA OU EMBALAGEM SIMILAR. CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, SEM PONTAS OU ARESTAS CORTANTES, ADEQUADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS. PRODUTO CERTIFICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (INMETRO).	kit	10	47,19	471,90
99	KIT NUTRI COZINHA: COM NO MÍNIMO 17 PEÇAS COLORIDAS, SENDO 14 FRUTAS E LEGUMES, 1 TÁBUA, 1 FACA, 1	kit	6	63,33	379,98



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	LEITEIRA, 2 PRATOS, 2 XÍCARAS, 2 FACAS, 2 GARFOS, 2 COLHERES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO				
100	KIT ODONTOLÓGICO/DENTISTA INFANTIL COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 8 PEÇAS (EX.: ESPELHO, EXPLORADOR DENTAL, PINÇA, SERINGA, ESCOVA, MOLDEIRA E OUTROS ACESSÓRIOS), ACONDICIONADO EM MALETA OU EMBALAGEM SIMILAR. CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, SEM PONTAS OU ARESTAS CORTANTES, ADEQUADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 3 ANOS. PRODUTO CERTIFICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (INMETRO).	kit	6	55,29	331,74
101	PISTA DE CORRIDA 234 PEÇAS - CONJUNTO COM 234 PEÇAS ENCAIXÁVEIS PARA MONTAR PISTAS PERSONALIZADAS, INCLUINDO CURVAS, RETAS E CRUZAMENTOS. FEITA EM PLÁSTICO RESISTENTE E SEGURO, COMPATÍVEL COM A MAIORIA DOS CARRINHOS DE BRINQUEDO. ESTIMULA CRIATIVIDADE, COORDENAÇÃO MOTORA E DIVERSÃO GARANTIDA EM CORRIDAS INDIVIDUAIS OU EM GRUPO.	kit	8	176,30	1.410,40
102	QUEBRA-CABEÇA ANIMAIS E FILHOTES, CONFECCIONADO EM MDF, COLORIDO. MEDIDAS APROXIMADAS 26X6X2CM, 480G. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	unid	15	41	615
103	QUEBRA-CABEÇA INFANTIL MDF, 30 PEÇAS GRANDES. MEDINDO 43 X 28CM. CERTIFICADO INMETRO. NAS OPÇÕES DE PERSONAGENS, FRUTAS, MEIOS DE TRANSPORTES, FAZENDA, ZOOLOGICO, ENTRE OUTROS. A ENTREGA DEVERÁ SER DE FORMA SORTIDA E VARIAD.	unid	15	44,73	670,95
104	TAPETE DOBRÁVEL, CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIETILENO (EPE) OU MATERIAL EQUIVALENTE, ATÓXICO, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, COM REVESTIMENTO EM PELÍCULA LAMINADA RESISTENTE, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. PRODUTO COM DUPLA FACE, ESTAMPADO OU LISO. DIMENSÕES MÍNIMAS APROXIMADAS: 2M X 1,50 M, COM ESPESSURA MÍNIMA	unid	10	139,29	1392,90



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	DE 6 A 8 MM. ESTRUTURA DOBRÁVEL EM SEÇÕES QUE PERMITAM FÁCIL ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE. MATERIAL MACIO, ANTIALÉRGICO, COM ISOLAMENTO TÉRMICO, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE E BORDAS SELADAS, SEM REBARBAS OU PARTES CORTANTES. INDICADO PARA USO INFANTIL. PRODUTO CERTIFICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES (INMETRO),				
105	TORRE MÁGICA COLORIDA, COMPOSTA POR 9 PEÇAS EMPILHÁVEIS, COLORIDA, MATERIAL EM PLÁSTICO. INDICADO PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 12X12X25 CM. 400G. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO	unid	7	126,50	885,50
106	TRICICLO INFANTIL, IDADE RECOMENDADA +18 MESES. PESO MÁXIMO SUPOSTADO DE 21 KG. POSSUI ASSENTO REAJUSTÁVEL COM 2 OPÇÕES DE TAMANHO, BUZINA A AR, MANOPLAS ANTIADERENTES, PEDAIS ERGONÔMICOS FIXADOS NAS RODAS DIANTEIRAS, RODAS EM PP (POLIPROPILENO), PLATAFORMA NO EIXO TRASEIRO PARA APOIO, ACOMPANHA CHAVE PARA MONTAGEM. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA DO GUIDÃO ATÉ O CHÃO 50CM, LARGURA ENTRE AS DUAS RODAS TRASEIRAS 45CM, ALTURA DO BANCO ATÉ O CHÃO 29 CM E COMPRIMENTO 58 CM. COM CERTIFICADO INMETRO.	unid	25	112,19	2.804,75
107	XADREZ: TABULEIRO DE XADREZ, CONTENDO 32 PEÇAS CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE E ATÓXICO, COM CASAS ALTERNADAS EM CORES CONTRASTANTES, ACABAMENTO LISO E DURÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 45 CM X 45 CM X 2 CM.	unid	15	65,86	987,70
108	JOGO DE CARTAS ESTILO SUPER TRUNFO, PARA SER JOGADO ENTRE 2 E 8 PARTICIPANTES. CARTAS FEITAS DE PAPEL CARTÃO RESISTENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10X2X15CM. IDIOMA: PORTUGUÊS. OS TEMAS DEVERÃO SER ALEATÓRIOS, COMO POR EXEMPLO: ANIMAIS SELVAGENS, SELEÇÕES DO MUNDO, PAÍSES, CIDADES.	unid	175	26,70	4.672,50



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

	DINOSSAUROS, CÃES DE RAÇA, ENTRE OUTROS				
109	JOGO DE CARTAS, ESTILO ACHEI. JOGO DE RACIOCÍNIO. QUANTIDADE DE JOGADORES: 2 A 8 PARTICIPANTES. COM 56 CARTAS COLORIDAS E VIBRANTES, O OBJETIVO É ENCONTRAR AS IMAGENS IGUAIS O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL. IDEAL PARA DESENVOLVER A ATENÇÃO E A CONCENTRAÇÃO, ESTE JOGO É INDICADO PARA 2 A 8 JOGADORES, PROPORCIONANDO HORAS DE ENTRETENIMENTO PARA TODAS AS IDADES.	unid	135	43,350	5.852,25
110	PIRÂMIDE DE ARGOLAS DE EMPILHAR, EM FORMA: ARGOLA PEDAGÓGICA EM FORMA DE PIRÂMIDE. ESTE BRINQUEDO É IDEAL PARA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES DAS CRIANÇAS DE MANEIRA LÚDICA E ENVOLVENTE. DEIXE A IMAGINAÇÃO DAS CRIANÇAS VOAR COM ESTA ARGOLA PEDAGÓGICA PIRÂMIDE E ADICIONE DIVERSÃO EDUCATIVA AO SEU DIA A DIA. PROPORCIONE HORAS DE ENTRETENIMENTO E APRENDIZADO PARA OS PEQUENOS. AS PEÇAS SÃO FABRICADAS EM PLÁSTICO CONTENDO 01 BASE, 05 CÍRCULOS E PATINHO.	unid	55	44,00	2.420,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$</b>	<b>215.678,82</b>

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A presente licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços. Assim, considerando que o registro de preços não gera obrigação imediata de contratação, a existência de dotação orçamentária será indicada no momento da efetiva contratação, mediante emissão da respectiva nota de empenho, conforme disponibilidade orçamentária do órgão participante.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**3.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4.** Fica vedada a participação, na presente Licitação:

**3.4.1.** De pessoa jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

**3.4.1.1.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

**3.4.2.** De agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.4.2.1.** A vedação de que trata o item 3.4.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.4.3.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.4.** De empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.4.5.** De sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**3.4.6.** De pessoas jurídicas que sejam de propriedade ou tenham vínculo com parlamentares ou seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ou nas quais qualquer deles figure como dirigente, gerente, cotista, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto;

**3.4.7.** De pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**3.4.8.** De cooperativas e/ou instituições sem fins lucrativos cujos estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado;

**3.4.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**3.4.10.** De empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**3.4.11.** Em processo de falência;

**3.4.12.** As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;

**3.4.13.** Em dissolução ou em liquidação;

**3.4.14.** De pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.4.15.** O impedimento de que trata o item 3.4.14 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.4.16.** Do autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.4.17.** De empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.4.18.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.16 e 3.4.17 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.4.18.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.4.19.** O disposto nos itens 3.4.16 e 3.4.17 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.4.20.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.21. NÃO será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, já que:**



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3.4.21.1. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade;

3.4.21.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “*de alta complexidade ou vulto*”, o que não seria o caso deste objeto;

3.4.21.3. Não há argumento que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu Termo de Referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio;

3.4.21.4. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e/ou de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração;

3.4.21.5. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame;

**3.5. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

**3.5.1.** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, ESTAR enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, ESTANDO apto, portanto, a exercer o direito de preferência;

**3.5.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, assinalar o campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

**3.5.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.5.2.** Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

**3.5.3.** Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.5.4.** Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

**3.5.5.** Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;

**3.5.6.** Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**3.5.7.** Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**3.5.8.** Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**3.6.** Caso tenham itens ou cotas de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão indicados no quadro de itens do Portal de Compras Públicas;

**3.6.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.6.2.** Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar N.º 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º da lei nº 123/2006.

**3.6.3. As disposições a que se refere o caput do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 não são aplicadas no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO.

**4.1.** O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**4.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**4.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no capítulo 9 deste Edital.

**5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.4.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.45.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

**6.1.** O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

6.1.1 O encaminhamento de proposta e os documentos de habilitação exigidos no Edital, para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do Contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

6.2 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações, marcas/modelos, preços unitários e totais de todos os itens ofertados.

6.3 – O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas para os itens do Edital.

6.4 – Fica vetada a identificação da empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da empresa licitante.

6.5 – O licitante deverá encaminhar proposta, para um ou mais itens do objeto deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.6 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.7 – A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos em lei.

6.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.9 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.10 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.11 – Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CINCATARINA, e poderá ocorrer o complemento ou a substituição dos documentos de habilitação e regularidade fiscal após a fase de lances, se for declarado vencedor, no prazo estipulado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas.

6.12– Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.13 – O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais.

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo da moeda corrente do país)**.

**7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, indicado no preâmbulo deste edital.

**7.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**7.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**7.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**7.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**7.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**7.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**7.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.21.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.21.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.21.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.21.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.21.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.21.2.2.** Empresas brasileiras;

**7.21.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.21.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**7.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**7.22.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.22.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 8. DA FASE DE JULGAMENTO

**8.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

**8.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**8.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**8.3.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital

**8.5.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**8.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.6.1.** contiver vícios insanáveis;

**8.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**8.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**8.8.2.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**8.8.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**8.9.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.13.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.14.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.14.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.14.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

**8.14.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

**8.14.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.14.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.14.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.14.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.14.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.14.3.6.** Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (DEZ) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.15.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.16.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.17.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.17.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.17.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.18.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.19.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### 9. DA HABILITAÇÃO.

**9.1.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**9.2.** Das exigências de habilitação:

**9.2.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.2.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.2.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

9.2.1.1.11. Ato de autorização para o exercício da atividade contratada sujeita à autorização, expedido pelo órgão competente nos termos da lei.

9.2.1.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.2.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.1.2.2. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.2.1.2.3. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.2.1.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.1.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### 9.2.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

### 9.2.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1.5. Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”) em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99.

9.2.1.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**9.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

**9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**9.7.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.7.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.8.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.9.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.10.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.11.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.12.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.13.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**9.13.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.14.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.14.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**9.15.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**9.16.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.17.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.18.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.19.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**9.19.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com a Secretaria de Educação, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**9.19.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.19.3.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9.20.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**9.20.1.** Os documentos exigidos para habilitação que serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**9.20.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**9.20.3.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.20.4.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.21.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**9.21.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.21.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.22.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.23.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**9.24.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.25.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**9.26.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**9.27.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** A proposta ATUALIZADA/READEQUADA (modelo Anexo II) deverá ser apresentada no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa. Deverá conter, ainda:

a) Descrição completa e detalhada de cada item classificado/vencedor, especificando a marca, modelo e o fabricante quando couber;

b) Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 02 (suas) casas decimais após a vírgula;

c) Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;

d) Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto do presente certame;

e) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;

f) Especificação do prazo de entrega do objeto, conforme Termo de Referência, contado do recebimento da Ordem de Compra, expedida pela Secretaria requisitante. O local e demais definições sobre as condições de



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

entrega estão elencadas no **Anexo II** – Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou for superior ao máximo estipulado o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;

**g) Deverão ser seguidas, ainda, todas as orientações exigidas no Termo de Referência.**

**10.7.** O (A) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto, marca e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

**10.8.** Após a análise das propostas atualizadas/adequadas ao último lance ofertado, o (a) pregoeiro (a) e equipe de apoio passaram à análise dos documentos de habilitação das empresas arrematantes.

**10.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

**10.9.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### 11. DOS RECURSOS.

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.3.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://tunapolis.sc.gov.br/licitacoes/> e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**13.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**13.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**13.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**13.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**13.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**13.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**13.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**13.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**13.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**13.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**13.1.5.** Fraudar a licitação;

**13.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**13.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**13.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**13.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**13.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**13.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.2.1.** Advertência;

**13.2.2.** Multa;

**13.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**13.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**13.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**13.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** Multas (que deverão ser recolhidas em favor do Município de Tunápolis/SC):

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do somatório dos serviços/materiais entregues com atraso (Ordem de Compras), por dia de atraso na prestação dos serviços, limitados a 30% (trinta por cento) do mesmo valor. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nesse edital, como também a inexecução total do contrato;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Compras (OC), por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preços vencedora, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar o Contrato/Ata de Registro de Preço ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital.

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta de preço, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;

e) de 10% (dez por cento) do valor total do somatório dos serviços prestados em desacordo com o Edital ou dos materiais entregues em desacordo e a proposta de preços aceita na sessão do pregão;

f) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de não-substituição do serviço no prazo determinado no Termo de Referência, caso não estaria de acordo com a especificação exigida em Edital, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto e/ou a sua substituição, de forma a configurar, nessa hipótese inexecução parcial da obrigação assumida;

g) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de cancelamento integral da ata por ato unilateral da administração, motivada por culpa da Contratada ou a pedido da mesma;

**13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**13.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**13.15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.15.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

### 14. DA ASSINATURA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**14.1.** A proponente vencedora será convocada para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou o CONTRATO cuja minuta está em anexo, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação.

**14.2.** Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação e serão aplicadas as sanções previstas em Lei 14.133/21;

**14.3** Se o licitante vencedor não assinar o contrato/Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo de acordo com o estabelecido na Lei 14.133/21;

**14.4.** São partes integrantes da Ata/Contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente Edital de licitação, seus Anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pelo licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação;

**14.5.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, em consonância com o artigo 84 da Lei 14.133/2021, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**14.6.** Na assinatura da Ata/Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata.

### **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**15.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**15.2.** A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**15.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**15.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**15.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**15.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**15.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**15.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**15.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**15.9.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**15.10.** Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

**15.11.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

### 16. DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

#### 16.1. Do Reequilíbrio Econômico – Financeiro:

**16.1.1.** O reequilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:

- Revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;
- Reajustamento de Preços;
- Repactuação de Preços;
- Atualização Monetária;

**16.1.2.** Com relação ao pedido de reequilíbrio econômico da Ata de Registro de Preços:

**16.1.2.1.** O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser solicitado a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que comprovadas as causas do desequilíbrio contratual, e desde que presentes os seguintes requisitos:

I- comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;

II- o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;

III- o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa da Contratada;

IV- o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição devida pela Contratante; V- restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos da Contratada que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;

VI- o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

Parágrafo único - Caso o objeto licitado possua insumos/matérias-primas atrelados à moeda estrangeira, será de responsabilidade da Contratada a previsão do custo do seguro cambial na formação do seu preço, visando à mitigação dos riscos da variação de preços das commodities, assim como dos insumos/matérias-primas empregados na fabricação do bem, não sendo aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes das referidas variações.

**16.1.2.2.** No tocante aos preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei n.º 14.133 de 01/04/2021.

**16.1.2.3.** O prazo para tramitação do processo de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias a contar da data em que for protocolada a solicitação, que deve estar devidamente justificada, juntamente com os elementos que comprovam o aumento do custo do produto, como notas fiscais, planilha de custo, tabela de preços de órgãos oficiais.

**16.1.2.4.** A justificativa deverá estar de acordo com a legislação, fundamentada acerca da existência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando a álea econômica extraordinária e extracontratual.

**16.1.2.5.** Neste período a empresa deverá continuar atendendo as Ordens de Compra com os valores inicialmente registrados na licitação.

**16.1.2.6.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**16.1.2.7.** A elevação dos preços de alguns produtos e/ou insumos, motivada por variação cambial regular, mercados suscetíveis às variações climáticas, entressafra, alta de matéria-prima, (fatores sazonais) não constitui fato superveniente capaz de alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por tratarem de fatores previsíveis, portanto já considerados na elaboração do preço proposto. Assim sendo, a sazonalidade, a variação do preço de mercado, efeitos causados por pandemias não são fatos que ensejam o direito ao reequilíbrio econômico. Bem como, a diminuição do retorno a ser granjeado pelo particular (LUCRO), NÃO GERA O DIREITO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO. Apenas gera Reequilíbrio um fato imprevisível de consequências incalculáveis, desde que seja verificado que o evento seja futuro e incerto; o evento ocorra após a apresentação da proposta e seja comprovado o desequilíbrio.

**16.1.2.8.** Para a revisão de preços, a Contratada deverá comprovar a variação dos custos, por meio de documentos, bem como de planilhas comparativas, entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido, evidenciando o aumento ocorrido nos preços e que se tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.

**16.1.2.9.** Para a solicitação de Reequilíbrio Econômico a contratada deverá entregar o pedido de reequilíbrio, contendo as seguintes informações:

- a) Número Nome da empresa, endereço completo e CNPJ;
- b) do Processo Licitatório, Contrato e Ano;
- c) Pedido inicial por parte da contratada descrevendo toda situação do ocorrido informando quais itens necessita de análise, bem como embasamento no ordenamento jurídico e reportagens extraídas de páginas eletrônicas confiáveis que corroborem a ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito;
- d) Planilha aberta contemplando detalhadamente dos valores que deram base para a formação de preços na época da proposta;
- e) Planilha aberta contemplando detalhadamente dos valores atuais apontando os itens em desequilíbrio;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

f) Planilha comparativa do custo dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio indicando o valor que a empresa busca a ser reequilibrado pela administração;

g) Documentação comprobatória da ocorrência do evento que produziu o desequilíbrio entre os custos estimados e os efetivamente existentes, tais como:

- Notas fiscais da época da proposta e do momento da solicitação (deverá constar a mesma marca, quantidade aproximada e fornecedor do produto indicada na proposta comercial da licitação, dispensa ou inexigibilidade);
- Lista de preços de fabricantes;
- Escriturações fiscais e contábeis entre outros.

**16.1.2.10.** Poderá o Setor de Contratos e Aditivos solicitar outros documentos que a administração entender pertinentes a depender do caso concreto, para verificação dos valores solicitados e aprovação.

**16.1.2.11.** Não será analisado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando o requerimento foi instruído somente com notas fiscais do período entre a elaboração da proposta e o pedido de revisão, sem que seja demonstrado de forma clara e precisa o fato imprevisível ou previsível, mas de conseqüências incalculáveis, justificador da revisão.

**16.1.2.12.** Durante o período de análise, a Contratada deverá cumprir as ordens de compra emitidas e encaminhadas para a empresa ANTES de protocolado o pedido de reequilíbrio. Caso a empresa não cumpra com suas obrigações, será aberto processo administrativo para aplicação.

**16.1.2.13.** Para a verificação dos fatos a administração irá elaborar novo orçamento dos itens solicitados. O orçamento atualizado deverá conter as mesmas fontes de pesquisa utilizada para a elaboração do Orçamento de Referência do Processo Licitatório. Caso não seja possível, será utilizado orçamentos fornecidos por estabelecimentos da região e/ou Fonte de Preços. Os orçamentos devem seguir o padrão de pesquisa para formação de preços.

**16.1.2.14.** Será aplicado o mesmo desconto de licitação dado pela empresa sobre o orçamento atualizado;

**16.1.2.15.** Caso o valor do item reequilibrado esteja inferior ao Orçamento de Referência a administração comunicará sua manifestação via Ofício indeferindo o pedido da empresa. A mesma não será liberada de seu compromisso e deverá atender todas as Ordens de Compra.

**16.1.2.16.** Caso o valor do item reequilibrado esteja superior ao Orçamento de Referência a administração irá analisar cada caso individualmente e poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação das penalidades desde que cumpridas as Ordens de Compra em aberto antes do pedido.

**16.1.2.17.** A administração poderá se valer de outras formas de análise para verificação da variação do item tais como índices divulgados por órgão oficiais.

**16.1.2.18.** A mera oferta de preços inexequíveis no momento do certame não autoriza a realização de reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

**16.1.3.** Reequilíbrio econômico-financeiro em caso de obras e serviços de engenharia

**16.1.3.1.** Quando se tratar de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro em contratos de obras e serviços de engenharia o pedido deverá ser solicitado na data de ocorrência do fato gerador, haja vista os requisitos ensejadores e necessários de comprovação.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**16.1.3.2.** A contratada deverá protocolar na Secretaria Municipal gestora do contrato, o pedido de reequilíbrio do item no mês de compra ou execução do mesmo, pois na análise será considerado o custo referencial do item no mês da proposta e o custo referencial no mês do pedido protocolado pela empresa.

**16.1.3.3.** Para os pedidos em que o contratado não executou o item no mês que protocolou o pedido, será considerado para verificar a variação do item o custo referencial do item no mês da proposta e o custo referencial nos meses em que houver medição do item.

**16.1.3.4.** Contratos de obras a qual as medições já foram finalizadas e entregues não cabe pedido de reequilíbrio econômico financeiro.

**16.1.3.5.** A contratada deverá protocolar o pedido de reequilíbrio, contendo as seguintes informações:

**16.1.3.5.1.** Nome da empresa, endereço completo e CNPJ;

**16.1.3.5.2.** Número do Processo Licitatório, Contrato e Ano;

**16.1.3.5.3.** Pedido inicial por parte da contratada descrevendo toda situação do ocorrido informando quais itens necessita de análise, bem como embasamento no ordenamento jurídico e reportagens extraídas de páginas eletrônicas confiáveis que corroborem ocorrência extraordinária na economia que justifique o pleito;

**16.1.3.5.4.** Planilha aberta contemplando detalhadamente os valores que deram base para a formação de preços na época da proposta e os custos atuais da empresa apontando os itens em desequilíbrio, indicado o valor que a empresa busca a ser reequilibrado pela administração;

**16.1.3.5.5.** Para os itens apontados que estão em desequilíbrio à contratada deverá apresentar documentação comprobatória da ocorrência do evento entre os custos estimados e os efetivamente existentes, tais como:

- Notas fiscais da época da proposta e do momento da solicitação (deverá constar a mesma marca, quantidade aproximada e fornecedor do produto indicada na proposta comercial da licitação, dispensa ou inexigibilidade);
- Lista de preços de fabricantes;
- Escriturações fiscais e contábeis entre outros;
- Tabela do Sistema de Referência de Preço (SINAPI, SICRO, BNDES).

**16.1.4.** Poderá o Setor de Contratos e Aditivos solicitar outros documentos que a administração entender pertinentes a depender do caso concreto, para verificação dos valores solicitados e aprovação.

**16.1.4.1.** Não será analisado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro quando o requerimento não apresentar a documentação comprobatória necessária do ocorrido.

**16.1.4.2.** No caso de Reequilíbrio Econômico, este deverá seguir as diretrizes da Planilha de composição orçamentária utilizada para formulação de preço pela prefeitura baseada nos sistemas de referência de preço (SINAPI, SICRO, BNDES). O impacto financeiro a ser considerado no cálculo do reequilíbrio é a diferença entre a variação do custo referencial no mês da proposta e o custo referencial no mês do pedido de reequilíbrio protocolado pelo contratado excluindo-se o lucro referencial do BDI.

**16.1.4.3.** A equação a ser utilizada é representada na seguinte fórmula:

Onde:

CSMP = Custo Sinapi mês da proposta

CSMPE = Custo Sinapi Mês Protocolo da

Empresa V = Porcentagem de Variação do Custo.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

CC = Custo Contratual

R1= Custo

Reequilibrado

R = Custo de Recomposição

RBDI – Lucro = Custo de Recomposição com BDI –

lucroQR = Quantidade Remanescente

V Reequilíbrio = Valor a ser Reequilibrado

a) Para a Variação dos Custos considerar o custo referencial Sinapi as datas estipuladas sem a incidência do BDI:

Custo Sinapi no (mês/ano) da Proposta = CSMP

Custo Sinapi no (mês/ano) do Pedido protocolado pela empresa = CSMPE

b) Cálculo da Variação:

$V = (CSMPE - CSMP) / CSMP$

V = Porcentagem de variação do custo.

c) Aplicar V sobre o Custo Contratual (CC) (sem BDI) para obter o Custo Reequilibrado (R1)

$R^1 = CC * (1 + V)$

R1= Custo Reequilibrado

d) A diferença entre o Custo Reequilibrado (R<sup>1</sup>) e o Custo Contratual (CC) representa o Custo de Recomposição (R):

$R = R1 - CC$

R = Custo de Recomposição

e) Descontar o lucro na equação do BDI referencial da proposta. A Multiplicação do Custo de Recomposição (R) sobre o BDI – lucro representará o Custo de Recomposição com BDI – lucro (RBDI – Lucro)

$RBDI - Lucro = R * BDI - Lucro\%$

RBDI – Lucro = Custo de Recomposição com BDI – lucro

f) O Custo de Recomposição com BDI - lucro (RBDI – Lucro) multiplicado pela Quantidade Remanescente (QR) representará o Valor a ser Reequilibrado (VReequilíbrio).

$VReequilíbrio = QR * RBDI - Lucro$

VReequilíbrio = Valor a ser Reequilibrado

**16.1.4.4.** A administração somente irá analisar os pedidos nos quais a porcentagem de variação seja maior que o Lucro Referencial estabelecido no item.

**16.1.4.5.** Considerando o princípio da economicidade, se o valor do cálculo da contratada ficar abaixo do cálculo da Secretaria, o valor a ser adotado será o apresentado pela Contratada.

**16.1.4.6.** Quando o desequilíbrio comprovadamente for positivo, será aplicado sobre o saldo Remanescente Contratual do item na data de protocolo do pedido, ou quando for o caso, quando houver medição do item.

**16.1.4.7.** Concedido reequilíbrio econômico-financeiro de todos os itens do contrato, inicia-se novo prazo para contagem de reajuste ou reequilíbrio futuro. Significa dizer que novo prazo começa a contar por inteiro para o próximo procedimento de reajuste ou reequilíbrio cabível na data que foi concedido o



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

reequilíbrio.

**16.1.4.8.** Na hipótese de somente alguns itens serem reequilibrados e o contrato vir a sofrer um reajuste, os itens reequilibrados serão expurgados para fins do cálculo de reajuste, evitando assim a sobreposição de parcelas concedidas, da mesma forma nos casos em que o contrato sofrer reajuste antes de concedido um Reequilíbrio, esta porcentagem deverá ser expurgada do cálculo para que não haja sobreposição de pagamento.

**16.1.4.9.** Ao receber o pedido de reequilíbrio a administração terá o prazo de 30 dias para fazer a análise, contados a partir da disponibilidade da Tabela de Referencia de Preços do mês do pedido e encaminhar uma resposta à contratada. Durante esse período de análise, a contratada não poderá paralisar os serviços. Caso a contratada não cumpra com suas obrigações, será aberto processo administrativo para aplicação das penalidades previstas em lei.

### **16.2. Do reajuste:**

**16.2.1.** Os contratos com vigência menores de 12 meses (365 dias), não poderão sofrer reajustes, sendo os preços irremovíveis.

**16.2.2.** Os contratos somente podem sofrer reajustamento de preços se tiver prazo de duração superior a 12 (doze) meses. As Atas de Registro de Preços poderão ser reajustadas no momento de sua prorrogação, após 12 meses de vigência. O índice utilizado para obras e serviços de engenharia é o INCC/DI – Índice Nacional da Construção Civil – Disponibilidade Interna. O índice utilizado para os contratos de fornecimento de bens/prestação de serviços comuns é o INPC - Índice Geral de Preços ao Consumidor.

**16.2.3.** A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data do orçamento estimado, até um ano posterior a este orçamento, devendo seu termo estar fixado no contrato e será aplicada das seguintes formas:

- a) No caso do contrato sofrer mais de uma prorrogação e gerar o direito de reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido; Se o mesmo sofreu atualização monetária antes de sua execução a data para o próximo reajustamento será a data da atualização monetária;
- b) No caso do contrato sofrer reequilíbrio econômico em sua totalidade, a periodicidade anual do reajuste passará a ser a data da aplicação do reequilíbrio, ou seja será concedido após 12 meses do reequilíbrio;
- c) No caso de reequilíbrio parcial dos itens do contrato/Ata, estes serão suprimidos do cálculo de reajuste anual, do período a anual a qual sofreu o reajustamento.

**16.2.4.** Quando houver atraso na entrega do objeto ou na execução dos serviços por culpa da contratada, e que por isso gerou a prorrogação por prazo do contrato, o reajuste não será devido e nem obrigatório pelo Município de Tunápolis/SC;

**16.2.5.** O reajuste somente será concedido mediante o pedido da empresa. Se a contratante aceitar a prorrogação/renovação de contrato, sem o pedido de reajuste, este não será concedido e portanto, a contratada não terá direito ao reajuste do período.

**16.2.6.** Se a empresa até o término do contrato ou da obra não solicitou pedidos de reajuste o mesmo terá seu direito precluso;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**16.2.7.** A contratada deverá efetuar a medição parcial dos serviços na data de aniversário do direito de reajuste, de modo a identificar, claramente, quais os serviços que foram executados antes e depois da referida data. Somente os serviços que forem realizados a partir da data de aniversário terão direito ao reajuste; Ex: A data do orçamento é 20/05/2021 terá direito ao reajuste ao final de 12 meses do orçamento, ou seja 20/05/2022, isso significa dizer que as medições apresentadas até o dia 20/05/2022 não serão reajustadas, e a aplicação do reajuste acontecerá do período de 20/05/2021 à 20/05/2022 e será aplicado a partir da próxima medição após 20/05/2022.

**16.2.8.** O Município de Tunápolis/SC se reserva o direito no acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos da lei e suas alterações.

### **16.3. Da repactuação contratual:**

**16.3.1.** Na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, ou seja, na composição dos valores referenciais deve estar descrito a convenção ou dissídio coletivo de trabalho utilizado.

**16.3.2.** O direito a repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo do trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra. Os demais itens e custos do processo que compõe a planilha de custo seguirá as regras do reajustamento de contrato e o índice definido em contrato.

**16.3.3. Parágrafo Único:** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos e trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**16.3.4.** As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

**16.3.5.** A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer a preclusão lógica de exercer o seu direito.

**16.3.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**16.3.7.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação.

**16.3.8.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas conforme descrito em aditivo de contrato/apostila mento acordado entre as partes.

### **16.4. Da atualização monetária:**



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**16.4.1.** Quanto a Atualização Monetária do contrato, fica estabelecido que:

**16.4.1.1.** A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, quando a proposta ultrapassar o prazo legal estabelecido em edital, dessa forma a contratante antes da assinatura do contrato se o prazo for ultrapassado a contratada poderá solicitar a atualização. O índice utilizado deverá ser o estabelecido no contrato e se houver a atualização monetária do mesmo, a data para futuro reajustamento se contará a partir desta atualização.

### 17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO.

#### 17.1. Da liquidação

**17.1.1.** Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias para fins de liquidação.

**17.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal/fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, a título exemplificativo:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**17.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**17.1.4.** A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.1.5.** A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**17.1.6.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**17.1.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**17.1.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**17.1.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### 17.2. Do Pagamento



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**17.2.1.** Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os materiais, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

**17.2.2.** A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

**17.2.3.** Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regulararem relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o Município procederá da seguinte forma:

- a) constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- b) o prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- c) não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- d) persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;
- e) havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação; e
- e) somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

**17.2.4.** Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso e a nota fiscal será devolvida à contratada, cessando a contagem de prazo de pagamento até que a mesma providencie as medidas saneadoras. A contagem de prazo será reiniciada logo após a apresentação da nota fiscal com as correções necessárias, sem que acarrete qualquer ônus adicional para a contratante, nem sequer prejuízo na prestação dos serviços/fornecimento dos produtos pela contratada.

**17.2.5.** A fatura/nota fiscal, para fins de comprovação da despesa, deverá indicar:

- a) a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CNPJ do destinatário, conforme o caso;
- b) a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;
- c) discriminação dos valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.
- d) observar as regras de retenção de Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, bem como do Decreto Municipal nº 3.242/2023. Os documentos emitidos em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

**17.2.6.** Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

**17.2.7.** A contratada deverá cumprir, ainda, todas as obrigações relativas ao pagamento elencadas neste Termo de Referência;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**17.2.8.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

OBS.: O índice a ser utilizado será o mesmo eleito para cálculo dos reajustes contratuais, INPC - Índice Geral de Preços ao Consumidor.

**17.2.9.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

### 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

**18.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**18.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**18.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**18.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**18.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**18.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**18.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**18.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**18.10.1** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**18.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**18.12.** O Município de Tunápolis poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**18.12.1.** A anulação do pregão induz à do contrato.

**18.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**18.13.** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**18.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no site da Prefeitura Municipal de Tunápolis: <http://tunapolis.sc.gov.br> e também poderá ser lidos e/ou obtidos **com a Equipe de Pregão, no Endereço Rua João Castilho nº111 - Tunápolis/SC, Sala da Comissão Permanente de Licitação**, nos dias úteis, no horário de expediente da Prefeitura, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Tunápolis/SC, em 26 de junho de 2026.

**Marino José Frey**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/202X

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20xx, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: Município de Tunápolis

#### IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

<b>NOME DE FANTASIA:</b>						
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>INSC. EST.:</b>						
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>BAIRRO:</b>			<b>CIDADE:</b>			
<b>CEP:</b>			<b>E-MAIL:</b>			
<b>TELEFONE:</b>			<b>FAX:</b>			
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>			<b>TELEFONE:</b>			
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>			<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>			
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						

A empresa: ..... declara que:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.
- 4 Que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores da **Prefeitura Municipal de Tunápolis/SC** e Município de Tunápolis/SC, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- 5 Que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no Anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar e que todos os equipamentos serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

Local e data

Carimbo da empresa/assinatura do responsável



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

**OBS.** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/202X

AO  
Município de Tunápolis

#### AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediado no Bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, vem por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade de nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Prefeitura Municipal de Tunápolis/SC – SC, que:

- Não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório.
- Que tomou conhecimento, aceita e concorda plenamente com o teor completo do Edital, seus termos e respectivo anexo, e que recebeu todos os documentos e informações necessários para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.
- Que tem pleno conhecimento do objeto, do projeto básico e todos os elementos necessários que integram o Termo de Referência e de que tomou conhecimento das condições e peculiaridades inerentes aos serviços.
- Declara que não está impedida de transacionar com a administração pública em qualquer de suas esferas e que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei nº 14.133/21.
- Declara que se vencedora fornecerá os produtos e/ou serviços pelo preço valor proposto e nos prazos estabelecidos.
- Declara que não têm vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- Declara que dispõe de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e essencial para a realização do objeto desta licitação.
- Declara para todos os fins de direito e sob as penas da lei, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, que concorda plenamente com todos os termos deste Edital e seus respectivos anexos.
- Declara, para fins do disposto do art. 116 da Lei nº 14.133/21, que ao longo de toda a execução do contrato, o contratado irá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Tunápolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal pela empresa



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### ANEXO V – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

( ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

#### OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL